

# ESCÂNDALO POLÍTICO E OS IMPACTOS SOBRE A DEMOCRACIA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Matheus Vitorino Machado<sup>1</sup>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo explorar a bibliografia acerca do tema dos escândalos políticos, a partir da problemática dos possíveis impactos oriundos de sua cobertura midiática, positivos ou negativos, para os regimes democráticos. Tendo em vista o advento das democracias representativas modernas, cujo desenvolvimento se faz paralelo com o dos meios de comunicação de massa, se reconhece um estreitamento entre este regime político e esta forma de comunicação. Tal contato não só possibilitou o desenvolvimento de uma democracia de massas, como alterou a percepção sobre as democracias, tanto a nível da percepção empírica quanto de sua dimensão normativa. Os meios de comunicação de massa possuem papel predominante no funcionamento das democracias modernas, produzindo um entrelaçamento no qual a mudança em um destes campos interfere no funcionamento do outro. Assim, ao reconhecermos a regularidade das coberturas de escândalos políticos nos noticiários, a pergunta imediata a se fazer passa a ser dos possíveis efeitos desse fato sobre a democracia. Para responder a esta pergunta foi empreendida uma breve análise bibliográfica da vasta literatura pertinente ao tema. As conclusões extraídas da análise dos textos selecionados foram a de uma cadeia complexa de produção de escândalos, cujos efeitos são usualmente negativos.

Palavras Chave: Escândalo Político, Democracia, Meios de Comunicação de Massa, Mídia.

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). vitorino.mvm@gmail.com

## 1. INTRODUÇÃO

A preponderância do escândalo político nos noticiários é um fato facilmente observado. A centralidade dada as alarmantes notícias sobre desvios, subornos e chantagens podem nos dar a impressão de uma profunda crise da democracia na qual estamos inseridos. Porém, se o impacto dos desvios de conduta da classe política para a democracia é óbvio, devemos nos perguntar quais são os impactos causados pela cobertura dos escândalos políticos, cada vez mais centrais na vida pública. Tal evento está ligado a mudanças na mídia, na cultura e na política. Para compreendermos tal cenário propomos uma revisão bibliográfica das produções acadêmicas que possam elucidar como os escândalos políticos viriam a se desenvolver, e seus possíveis impactos sobre as democracias contemporâneas.

É do século XV ao século XVIII, na Europa, que começariam a se desenvolver as primeiras redes de comunicação de massa. O avanço da técnica permitiu a criação de formas avançadas de impressão, permitindo publicações periódicas de jornais, folhetos e livros, tal como o crescimento de serviços postais regulares. O novo alcance das informações criava a percepção de um mundo de eventos públicos ainda distantes, mas relevantes para a vida cotidiana. (THOMPSON, 1998) Este desenvolvimento reforçou identidades nacionais e a capacidade de divulgação de informações de caráter público, proporcionando o crescimento dos governos representativos através da Europa, ao passo em que o sufrágio universal incluiria os até então marginalizados dos processos democráticos, e os partidos de massa passavam a mobilizar bases de caráter popular e abrangente. (MANIN, 1995) A conjunção entre os fatores citados criaram as condições necessárias para o desenvolvimento de uma democracia de massa.

O contínuo desenvolvimento da técnica aplicada a comunicação levaria ao advento de formas ainda mais sofisticadas de comunicação, como o rádio e a televisão, responsáveis por criar as condições necessárias para a forma contemporânea dos governos representativos, a Democracia do Público. Segundo Manin (1995), as novas formas de comunicação se tornam capazes de apresentar diretamente os candidatos, dispensando assim a mediação das relações partidárias. A democracia do público passa a ter o especialista da mídia como fator central, fazendo da performance de líderes midiáticos o foco da relação política do público.

De tal forma, a comunicação e a mídia de massa passam a ter uma importância central no funcionamento das democracias representativas modernas.

As mensagens transmitidas, sua frequência, foco, abordagem e etc. são fundamentais para a formulação da opinião pública e seus impactos nos atores políticos inseridos nos processos de tomada de decisão (BOBBIO, 2000)

A centralidade da circulação de informações seria continuamente interpretada como fundamental para o funcionamento da democracia. O autor Anthony Downs (1999) defenderia o processo de *accountability*, transparência institucional na divulgação de informações políticas, como um dos meios de legitimidade dos governos eleitos. Um papel de suma importância seria reservado para as mídias nas práticas de *accountability*, pois elas seriam responsáveis por proporcionar um ambiente rico de informações úteis e coerentes. (DOWNS, 1999). Assim, um ambiente democrático onde o eleitorado seja capaz de elaborar suas preferências e opiniões de maneira livre, depende também da consolidação de meios de comunicação de massa que forneçam, de maneira coesa, informações de cunho público.

Porém, impera a impressão de que os meios de comunicação de massa noticiam majoritariamente escândalos políticos em detrimento de outros tipos de notícia. A ideia de que a política é representada através da mídia como uma sucessão de escândalos passa por tanto a ser um importante objeto da ciência política e sociologia, pois se o ambiente informacional disponível ao público é um componente central das democracias modernas, os possíveis impactos dos escândalos políticos sobre a democracia devem ser investigados.

## 2. ENQUADRAMENTOS, REFERÊNCIAS COGNITIVAS E MÍDIA

Dado o cenário de centralidade dos meios de comunicação de massa nas democracias contemporâneas, ainda devemos salientar um importante dado acerca do papel da mídia para a realização das aspirações democráticas. Como observado por Manin (1995), os governos representativos seriam caracterizados, em termos gerais, pela eleição periódica dos representantes, a independência parcial dos representantes, o debate parlamentar como pré-requisito para tomada de decisões e por fim, a liberdade de opinião pública. As duas últimas características elencadas por Manin centralizam o papel da mídia, ao passo que destacam o caráter cognitivo dos processos democráticos. De tal forma, faz-se necessário explorar, mesmo que brevemente, o amplo consenso na literatura de que a mídia fornece esquemas explicativos da política que são socialmente compartilhados. Para tanto, iremos sintetizar o conceito de enquadramento, fundamental para

entendimento do papel da mídia no fornecimento de quadros cognitivos.

Os enquadramentos, segundo Goffman, são “definições da situação construída de acordo com os princípios de organização que governam os eventos – ao menos os eventos sociais – e nosso envolvimento subjetivo com eles” (GOFFMAN, 1974 apud ALDÉ, 2004). Desta forma, os enquadramentos atuam como quadros fornecedores de referências utilizadas para explicação do mundo social.

As referências fornecidas pelos enquadramentos compõe um conjunto que abarca valores, crenças, regras e atitudes que estruturam nossas interpretações e atitudes no mundo social. Assim, os meios de comunicação de massa atuam como um importante campo de produção de enquadramentos, visto o seu alcance e capacidade de veiculação de mensagens acerca do mundo político e social: “Enquadramentos de mídia são padrões persistentes de cognição, interpretação e apresentação, de seleção, ênfase e exclusão, através dos quais os manipuladores de símbolos organizam rotineiramente o discurso, seja verbal ou visual” (GITLIN, 1980, p.7 apud ALDÉ, 2004, p. 47)

Porém, este não é um processo unilateral na qual a mídia atua como uma instituição hermética, fornecendo enquadramentos para indivíduos análogos a uma tabula rasa. Pelo contrário, a mídia usualmente está em sintonia com sua audiência, visto as necessidades comerciais e a origem dos profissionais midiáticos. Assim, as perspectivas veiculadas pelos meios de comunicação de massa não só são originários de outros enquadramentos, como também convivem com enquadramentos diversos presentes na sociedade, como os fornecidos pelos ambientes religiosos, familiares e profissionais. (ALDÉ, 2004)

Contudo, a mídia se projeta como um agente proeminente no fornecimento de enquadramentos, mesmo frente a seus concorrentes. Sua capacidade de fornecer quadros de referência homogêneos, capazes de interpelar as demais esferas sociais da vida cotidiana. De tal forma, pode-se presumir que os meios de comunicação de massa assumem um papel predominante de fornecedor primário de referências cognitivas para a audiência. (ALDÉ, 2004)

### 3. ESCÂNDALO POLÍTICO MIDIÁTICO

Jonh B Thompson, em “O Escândalo Político: Poder e visibilidade na era da mídia” (2002) procura não só delinear de maneira mais precisa o conceito de escândalo político, como propor uma teoria social do escândalo, série de proposições teóricas úteis a uma compreensão mais abrangente, mas ainda sim precisa, do

fenômeno do escândalo político. Para Thompson, as profundas alterações das estruturas políticas, sociais e comunicacionais criaram as condições necessárias para o surgimento do escândalo político.

As democracias liberais, tal como se estabeleceram ao longo do século XIX e XX, criaram um campo político no qual os atores políticos travam uma disputa pela reputação e confiança, recursos que exercem um papel de poder simbólico. A noção de campo e poder simbólico aqui presentes tem origem em Bourdieu, autor que Thompson mobiliza para explorar a ideia de que as democracias liberais, por se fundamentarem em torno de eleições livres e competitivas, criaram um campo cujo capital simbólico primeiro é a legitimidade. O cenário de declínio dos partidos e aumento da preponderância das personalidades midiáticas levaria o eleitor a procura de características notáveis, como confiança, moral e competência, estas que proporcionam legitimidade política a um ator. O escândalo passa, por tanto, a ser utilizado e instrumentalizado como forma de deprimir legitimidade de atores políticos inseridos no campo. (THOMPSON, 2002)

Para tanto, foi necessário que os meios de comunicação de massa se convertessem também em um campo no sentido dado por Bourdieu. A expansão dos meios de comunicação de massa, e a posterior profissionalização do jornalismo e desenvolvimento de uma vocação investigativa para esses profissionais, levaria a consolidação de um campo midiático. Quando um escândalo escapa dos subcampos da política, isto é, das instituições cuja circulação é restrita aos atores políticos, e entra em contato com o campo midiático, surge o escândalo político midiático. (THOMPSON, 2002)

A análise de Patrick Champagne (1998) vai de encontro com a perspectiva de Thompson. Os escândalos como descritos por Thompson atuam de forma similar aos acontecimentos midiáticos descritos por Champagne. Os acontecimentos, porém, pouco são fruto de uma ação manipuladora da mídia quanto de fenômenos espontâneos da realidade. Os acontecimentos são fruto de uma complexa ação coletiva, na qual é no engendramento do campo midiático e dos diferentes campos sociais que são produzidos acontecimentos. Para tanto, o acontecimento midiático ou jornalístico deve fugir do habitual, cotidiado e rotineiro, ao mesmo tempo, produzir uma performance diante da mídia, um espetáculo de natureza física, política ou até mesmo estética. (CHAMPAGNE, 1998)

A opinião pública, como demonstrado por Patrick Champagne (1998), passa a existir enquanto ferramenta política apenas na segunda metade do século XX.

A partir da década de 60, se desenvolvem os institutos de sondagem de opinião pública, os quais procuravam uma autoridade simbólica a partir da capacidade de elaborar uma crença com validade pretensamente coletiva e universal. Estas sondagens permitiram a emergência de um novo capital simbólico no campo político, a legitimidade das ações políticas expressas pela opinião pública. Porém, distante da pretensa universalidade de seu conteúdo, a opinião pública nasce de procedimentos cientificamente ambíguos, já que ao contrário da sua pretensão de captação da realidade social, as sondagens na realidade produzem uma opinião. Continuamente, seu uso jornalístico e político é costumeiramente impreciso, sazonal e contraditório. Distante da expressão do bem comum republicano, a opinião pública emerge como uma fonte de tecnologia social e poder simbólico.

Neste sentido, os atores envolvidos nas lutas simbólicas do campo político, devem primar sempre pela legitimidade do capital simbólico fornecido pela opinião pública. Assim, um escândalo político pode deprimir a legitimidade traga pela opinião pública:

Por vezes, basta um incidente lamentável, uma declaração inoportuna de um dirigente amplamente comentada pela mídia, para que se opere uma reviravolta das 'opiniões' dadas aos entrevistadores de sondagem. Ter a 'opinião pública' de seu lado constitui igualmente para os manifestantes um capital político específico, mas particularmente incerto. É a razão pela qual, nos movimentos de alguma importância que se desenvolvem e tomam dimensões não previstas, os dirigentes ficam, muitas vezes, inquietos porque, como nos jogos de azar, temem perder ao menor erro um capital de mobilização e simpatia, por vezes, pacientemente acumulado. ( CHAMPAGNE, 1998, p. 231)

Voltando a Thompson, o autor afirma que tal cenário proporcionou as condições necessárias para a criação de uma cultura política do escândalo. Como cultura política o autor compreende "um agrupamento relativamente difuso de regras, convenções, atitudes e expectativas que sustentam a conduta da vida política e modelam as formas de interação e comunicação que têm lugar no campo político." (THOMPSON, 2002, p.150). A cultura política do escândalo, portanto, se configura na tradição e permanência do uso do escândalo político midiático enquanto ferramenta midiática e política.

De tal forma, o escândalo passa a ser algo que necessita de gerenciamento.

Sob o risco de serem levados ao “tribunal da opinião pública”, e perderem uma importante fonte de capital simbólico, os partidos políticos passam a examinar e produzir seus candidatos, gerenciando o que Thompson denominou como “fator de risco de escândalo”. O gerenciamento deste risco visa minimizar as chances de um escândalo ocorrer, ou em casos específicos, os danos possíveis causados por um escândalo que veio a tona. Parte integral das campanhas políticas e planos de governo, tal gerenciamento alterou a forma como os partidos se comportam, abrindo espaço dentro de suas hierarquias para a figura do especialista de mídia.

Três tipos de escândalo são categorizados por Thompson, os escândalos sexuais, escândalos financeiros e escândalos de poder. Cada um desses tipos de escândalo possui características específicas, ainda que possuam traços em comum. Thompson define o escândalo sexual como revelações públicas sobre a vida privada de figuras públicas. Envolvem a transgressão de códigos sexuais, e se convertem em uma luta simbólica pela moralidade, cujas consequências políticas podem ser irreversíveis.

O segundo tipo de Thompson, os escândalos financeiros são aqueles que envolvem o abuso de poder econômico,. Usualmente relacionados a descoberta ou desnudamento de conexões secretas entre políticos e grupos econômicos e infrações nas leis de obtenção, acumulação e distribuição de recursos financeiros, tais escândalos possuem maior probabilidade de resultar em punições legais do que o escândalo sexual. Este tipo de notícia tem origem em uma série de fatores complexos, que vão dos arranjos institucionais, a características histórico-culturais e a existência de grupos de poder econômicos politicamente interessados. Tal contexto também se aplica aos escândalos de poder, que veremos a seguir.

Os escândalos de poder, o terceiro e último tipo, são aqueles que envolvem abuso de poder político, ações que transgridem as normas e leis que regulamentam o exercício de poder. Por essa forma de escândalo pode ser compreendida como a forma mais pura de escândalo, isso pois as democracias liberais pressupõe que o exercício de poder deve ser norteado por uma série de normas e leis que a regulam, e por isso, sua transgressão ou recusa pode ser compreendida como subversão da legitimidade do poder. Tais escândalos desnudam o jogo oculto por poder, velado pelas pretensões democráticas tanto dos candidatos e representantes, quanto do sistema político em si.

Porém, tais afirmações não significam dizer que o escândalo passa a ser o único fator relevante no jogo político das democracias modernas. Desemprego,

pobreza, saúde e violência continuam como temas pertinentes para qualquer processo político, tanto para os representantes quanto para os representados. A análise de Thompson, porém, aponta para uma importante dimensão. O escândalo não é um acontecimento espontâneo e imprevisível, pelo contrário, é uma ocorrência que tem origem em uma série de “convenções e expectativas que definem essa forma cultural” (THOMPSON, 2002, p. 152)

#### 4. IMPACTOS DO ESCANDALO POLÍTICO MUDIÁTICO SOBRE A DEMOCRACIA.

Thompson considera que os impactos do crescimento dos escândalos políticos midiáticos para a democracia são diversos, e não podem ser reduzidos a uma única dimensão. Os escândalos políticos podem trazer atividades ocultas e interesses velados a tona, fazendo com que o jogo do poder se torne visível ao público. Importantes reformas políticas, como por exemplo as reformas na função pública nos Estados Unidos da América ao final do século XIX, surgiram após a profusão de escândalos políticos.

Porém, da mesma forma como o escândalo político pode trazer benefícios, ele pode trazer mazelas imprevistas para o funcionamento da democracia. Escândalos Sexuais contra atores políticos podem ser realizados sem trazer nenhuma forma de relação com a vida pública, e surgir apenas na tentativa de reduzir a legitimidade de opositores políticos. (THOMPSON 2002) Nadia Urbinati (2013) observa como os escândalos envolvendo Silvio Berlusconi, ex primeiro-ministro italiano, exploravam apenas um caráter estético do escândalo, sem nunca exprimir um caráter político e público.

Outra dimensão apontada por Thompson é a de que os escândalos possuem a capacidade de crescer em tamanho e complexidade. Os escândalos políticos aumentam os riscos políticos e o valor simbólico para os atores envolvidos, tanto para os opositores e situação, quanto para as instituições midiáticas envolvida. Assim, os escândalos tendem a se auto-reproduzirem e se auto-reforçarem a medida que incrementam os conflitos políticos e midiáticos, podendo levar um ambiente de crise generalizada cujas consequências podem ser da debilidade a paralisação governamental. (THOMPSON, 2002)

Outras pesquisas demonstraram como o funcionamento dos meios de comunicação de massa reforçam a veiculação de escândalos políticos em detrimento de outros tipos de informação. Mário Fuks (2009) demonstrou como



o ambiente informacional reforça escândalos ao estudar o jornal Estado de Minas, onde a cobertura do jornal foi analisada na tentativa de identificar a recorrência de notícias vinculadas ao escândalo dos mega salários, em contraposição com as que noticiavam as inovações institucionais da Assembleia Legislativas de Minas Gerais. Foi observado que as notícias envolvendo escândalos eram mais frequentes e centrais nos jornais, enquanto as notícias sobre as inovações institucionais ou bom desempenho político eram menos frequentes e marginais, criando um cenário de melhor cobertura das piores notícias, e pior cobertura das melhores notícias. (FUKS, 2009).

As análises da interação entre mídia e política através do escândalo do mensalão, de Alessandra Aldé e Fábio Vasconcellos (2005) reforçam as perspectivas de impactos negativos da preponderância dos escândalos políticos sobre a democracia. Os atores políticos seriam levados a se comportar a partir de um “oportunismo midiático”, definida como:

Oportunismo midiático, assim, é um conceito relativo ao ambiente, às regras implícitas ou explícitas do campo: uma rede de ações e reações orientadas para a visibilidade, no contexto de eventos com grande potencial em termos de notícia, como é o caso dos escândalos midiáticos. Será que a *mídia* conduz o escândalo ou é conduzida, instrumentalizada pelas estratégias de comunicação oportunistas dos políticos? Na verdade, o que percebemos é uma relação de cooperação entre esses dois campos. A imprensa tem que resolver o problema da urgência produtiva do noticiário e, para isso, precisa de cenas e acontecimentos para narrar; atores políticos, como aqui foi lembrado, aproveitam essa necessidade para atender à demanda e, assim, ganhar o noticiário. (ALDÉ, 2008, p. 63)

Os atores políticos, inseridos neste contexto de ganhos relativos a uma maior visibilidade midiática, no anseio de angariar recursos simbólicos, se engajariam na luta pelos espaços concedidos pela mídia. Os atores com maior capacidade de gerar novos fatos e acontecimentos, em especial acusações de escândalos políticos, acabam por aumentar as desigualdades das disputas eleitorais, principalmente no que tange tempo de visibilidade na grande mídia, em detrimento do caráter proporcional da disputa eleitoral. (ALDÉ, 2008)

Tal contexto se mescla com a crescente crise de desconfiança da população para com as elites dirigentes de nosso país. O declínio da confiança política é

observável em diversos países do mundo, resultando nos números crescentes de abstenção partidária, queda da lealdade partidária e baixa mobilização política. Uma das hipóteses para erosão da confiança é a da “espiral do cinismo”, proposta por Joseph N. Cappella e Kathleen Hall Jamieson, termo que designa uma reação de cinismo das elites políticas em reação ao cinismo do público, estimulados pelo comportamento mídiático. A cobertura política, focada nos escândalos e notícias de mau desempenho, alimentariam o cinismo do público e políticos, que por sua vez reforçariam a cobertura política, gerando um mecanismo de retro-alimentação. (MIGUEL, 2008).

A hipótese da espiral do cinismo advém de um conceito anterior, a espiral do silêncio, de Elisabeth Noelle-Neuman. O receio do isolamento ou marginalização social leva indivíduos adultos a reproduzirem opiniões e discursos tidos como majoritários e a omitir as opiniões tidas como desviantes. Assim, as perspectivas fornecidas pela mídia, por seu caráter homogêneo e massificado, se convertem em perspectivas aparentemente majoritárias, levando o público a reforçarem. (NOELLE-NEUMAN, 1995)

Enquanto o conceito de espiral do silêncio procura demonstrar como a cobertura pode reforçar o ocultamento de determinados posicionamentos políticos, a espiral do cinismo explora os efeitos das perspectivas midiáticas enquanto fornecedoras de quadros de referência para percepção do mundo da política. Em ambos os casos, os efeitos apontam para a construção de um ambiente pouco plural de opiniões e homogêneo quanto as informações. (MIGUEL, 2008).

Em tendência contrária, Norris Pipa (2000) procura desmistificar a afirmação recorrente de que as coberturas jornalísticas de meios de comunicação de massa seriam responsáveis pelo mal estar social e político. No estudo de título *“A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies”*, Norris argumenta que o entendimento dos índices mal-estar social e político devem ser procurados nas falhas e contradições dos sistemas representativos modernos, e não na cobertura midiática dos fatos.

Segundo Norris, ainda que notícias negativas possam fragilizar a credibilidade de determinadas questões políticas, em geral, elas tendem a contribuir para um ambiente informacional rico, que possui importante relação com índices de conhecimento político, confiança e participação política. Tal relação geraria um “círculo de virtude”, na qual a mídia, mesmo que através de escândalos e notícias negativas, atrai a atenção da audiência para questões políticas, as quais se convertem em interesse pela participação política. De forma contrária a espiral

do silêncio ou cinismo, o círculo da virtude funcionaria como um mecanismo de retroalimentação na qual a mídia reforça a democracia, e a democracia reforçaria a mídia. (NORRIS, 2000)

## 5. CONCLUSÃO

A investigação preliminar da bibliografia sobre escândalos políticos revelam impactos multi-dimensionais, mas majoritariamente negativos. Ainda que autores como Norris Pipa defendam que os meios de comunicação de massa são responsáveis pelo desenvolvimento de uma democracia responsiva e virtuosa, mesmo que na presença dos escândalos políticos, os outros autores analisados tendem a uma perspectiva mais pessimista. Mesmo que Thompson assuma os possíveis efeitos benéficos da transmissão do escândalo, seus escritos apontam para um olhar crítico e desconfiado, nos quais os possíveis efeitos negativos devem ser levados em consideração a mesma medida que os positivos.

Talvez mais concreta do que as conclusões sobre efeitos positivos e negativos, tenha sido a conclusão extraída da leitura bibliográfica de que o escândalo político não é um fenômeno surgido apenas do mal desempenho dos políticos, mas sim um instrumento do conflito político. Todas as pesquisas abordadas alertam para o erro de se pressupor uma origem unilateral dos escândalos políticos, nem mesmo os meios de comunicação de massa, ou as classes políticas dirigentes, seriam os responsáveis inequívocos pelos escândalos políticos e suas consequências.

Pensar tais problemáticas se tornam um esforço de se pensar também possíveis alternativas, construídas a partir do paradigma da democracia representativa. Thompson, em “A Mídia e a Modernidade” (1998) aponta para a necessidade de se reinventar a publicidade. Em um primeiro nível, Thompson indica a necessidade de se pensar uma forma de partilha de informações pública, que não esteja subordinada ao Estado, mesmo ponto de partida que levou Habermas a formular o conceito de esfera pública. Porém, tal ideia não se converte em uma fé acrítica pela organização da mídia pelo mercado, visto que:

O mercado sozinho não cultiva necessariamente a diversidade e o pluralismo na esfera da comunicação. Como em outros campos produtivos, as indústrias da mídia são orientadas principalmente pela lógica do lucro e da acumulação de capital, e não há correlação necessária entre a lógica do lucro e o cultivo da diversidade (THOMPSON, 1998, p.208.)

No lugar de confiar ao mercado a tarefa de promover um ambiente informacional democrático, o autor de “Mídia e a Modernidade” defende o “princípio de pluralismo regulado”. Este conceito se refere a uma estrutura institucional que garantiria a pluralidade e diversidade, independente de organizações de mídia. Tal princípio assume a premissa liberal da liberdade de expressão, ao passo que apreende a noção de que o mercado quando opera a partir do *laissez-faire* não garante necessariamente as condições para liberdade de expressão, sem que isto se converta necessariamente em um exercício de poder do Estado. Assim, o princípio de pluralismo regulado aponta para regulação das instituições de mídia, evitando a concentração de recursos e estimulando a criação de organizações de comunicação de massa que não componham grandes monopólios ou iniciativas estatais.

Em um segundo nível, é discutido o princípio organizativo na qual esta reinvenção operaria. A noção de vida pública grega clássica se baseava na noção de um espaço público comum, no qual eram levadas as pautas e questões de interesse comum, que em muito difere do desenvolvimento de vida pública das democracias representativas e dos meios de comunicação de massa, onde especialmente este último, implicam em uma visibilidade sem precedentes, mas que não necessita da reunião de indivíduos em um espaço comum. A publicidade mediada substituiria a necessidade de um espaço em comum, abrindo potencialidades para tornar visíveis pautas ocultas para atores até então marginalizados dos processos democráticos.

Assim, a mesma medida que os meios de comunicação de massa e o escândalo político transformaram a democracia de maneiras imprevistas, eles também podem nos servir de ponto de partida para pensarmos transformações planejadas e previstas. Para tanto, se faz necessário assumir que sua recorrência se dá por fatores complexos, tal como seus impactos.

## BIBLIOGRAFIA

ALDÉ, Alessandra; VASCONCELLOS, Fábio. Ao vivo, de Brasília: escândalo político, oportunismo midiático e circulação de notícias. **Revista de ciências sociais**, v. 39, n. 2, 2008.

\_\_\_\_\_. **A construção da política: democracia, cidadania e meios de comunicação de massa**. FGV Editora, 2004

Escândalo político e os impactos sobre a democracia, pp. 302 - 314

BOBBIO, Norberto et al. Dicionário de Política, vol. 1. Universidade de Brasília, v. 42, p. 46, 2000.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião: o novo jogo política**. Vozes, 1998.

DORTIER, Jean-François. Dicionário das ciências humanas. Climepsi, 2006.

DOWNS, A. (org.). Uma teoria econômica da democracia. São Paulo: USP. 1999.

FUKS, Mário. Más notícias: a cobertura do Jornal Estado de Minas e a imagem pública da assembleia legislativa de Minas Gerais (1999-2003). Rev. Sociol. Polit. [online]. 2010, vol.18, n.36 [cited 2017-05-24], pp.257-276.

MANIN, Bernard. As metamorfoses do governo representativo. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 10, n. 29, p. 5-34, 1995.

MIGUEL, Luis Felipe. A mídia e o declínio da confiança na política. 2008.

NOELLE-NEUMANN, Elisabeth. **La espiral del silencio**. Paidós, 1995.

NORRIS, Pipa. 2000. A Virtuous Circle: Political Communications in Postindustrial Societies. Cambridge: Cambridge University.

THOMPSON, John B. A mídia e a modernidade. **Petrópolis: Vozes**, 1998.

\_\_\_\_\_. O escândalo político: poder e visibilidade na era da mídia. Petrópolis: Vozes. 2002.

URBINATI, Nadia. Da democracia dos partidos ao plebiscito da audiência. **Lua Nova**, n. 89, 2013.